

Alerta Legislação nº 42, de 16 a 21 out. 2017
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

MINISTÉRIO DO TRABALHO

■ **PORTARIA Nº 1.129, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017**

Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da [Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990](#); bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH Nº 4, de 11 de maio de 2016.

Governo do Estado de São Paulo

■ **DECRETO Nº 62.886, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Suspende o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 3 de novembro de 2017, e dá providências correlatas

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
20/10/2017	<u>DECRETO Nº 9.176, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017</u> Promulga a Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e o Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, firmados pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 23 de novembro de 2007.
19/10/2017	<u>DECRETO Nº 9.175, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017</u> Regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 , para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. <u>DECRETO Nº 9.174, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais de infraestrutura nos setores de energia elétrica, petróleo e gás

	natural, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
18/10/2017	<u>LEI Nº 13.493, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017</u> Estabelece o Produto Interno Verde (PIV), em cujo cálculo será considerado o patrimônio ecológico nacional. <u>DECRETO Nº 9.172, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017</u> Institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões - Sirene, dispõe sobre os instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima a que se refere o inciso XIII do caput do art. 6º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera o Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, que regulamenta a referida Política. <u>DECRETO Nº 9.171, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera o Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro.
16/10/2017	<u>LEI Nº 13.491, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar. <u>DECRETO Nº 9.168, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017</u> Promulga o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, firmado em Brasília, em 17 de junho de 2010.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA (SPA) → Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) <u>RESOLUÇÃO Nº 58, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017</u> Aprova a distribuição do orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR para o exercício de 2017.
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA MARINHA (CM) → Estado-Maior da Armada (EMA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/EMCFA/MD, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017</u> Aprova as instruções para o uso de Cartões de Bolso e do Folheto Contra Exploração e Abuso Sexual em Operações de Paz sob a égide das Nações Unidas.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.321, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017</u> Divulga a relação de instituições e entidades da sociedade civil responsáveis pela indicação de especialistas a serem considerados na composição das comissões técnicas das edições de 2019 e 2020

	do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) → Câmara de Educação Superior (CES) <u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017</u> Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia e dá outras providências. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA Nº 202, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre os valores do adicional localidade pagos pela CAPES no âmbito dos programas e ações de fomento geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da CAPES. <u>PORTARIA Nº 201, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre os valores de bolsas de estudo e auxílios pagos no país e no exterior no âmbito dos programas e ações de fomento geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da CAPES e revoga a Portaria CAPES nº 60, de 04 de maio de 2015. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>PORTARIA Nº 725, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o prazo para realização de aditamentos dos contratos de financiamento concedidos com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>PORTARIA Nº 432, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Aprovar revisão das tarifas dos serviços postais e telégraficos nacionais e internacionais, prestados exclusivamente pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, sob a forma de recomposição, a contar da data de publicação de sua aprovação pelo Ministério das Comunicações, nos termos do art. 32 da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, constituindo-se em uma parcela de 6,121% por prazo indeterminado e outra parcela de 4,094% a vigorar por 64 meses, a qual deverá observar os limites constantes do Anexo a esta Portaria e o disposto na Portaria MF nº 244, de 25 de março de 2010, bem como na Portaria nº 934, de 09 de dezembro de 2015. (...) SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.751, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a permissão de acesso do contribuinte aos serviços disponíveis no Atendimento Virtual (e-CAC) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 70, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "MÁQUINA

	AUTOMÁTICA PARA PROCESSAMENTO DE DADOS DIGITAL, COM TELA INCORPORADA - ALL IN ONE", industrializado na Zona Franca de Manaus. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 69, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "MÁQUINA AUTOMÁTICA PARA PROCESSAMENTO DE DADOS DIGITAL, COM TELA INCORPORADA - ALL IN ONE", industrializado no País. INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (Inmetro) <u>PORTARIA Nº 266, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017</u> Regulamenta a adesão ao Programa de Regularização de Débitos - PRD junto ao Inmetro, instituído pela Medida Provisória nº 780, de 19 de maio de 2017.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNPCP) <u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre padrões mínimos para a assistência material do Estado à pessoa privada de liberdade. <u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a prestação de serviços de alimentação e nutrição às pessoas privadas de liberdade e aos trabalhadores no sistema prisional
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.733, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017</u> Inclui no Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes e compatibiliza na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS a indicação de transplante de células-tronco hematopoéticas alogênico, para tratamento da adrenoleucodistrofia. <u>PORTARIA Nº 2.730/GM/MS, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera valor e atributos de procedimentos diagnósticos de câncer de mama na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS). <u>PORTARIA Nº 2.706, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017</u> Lista os Municípios que finalizaram a adesão ao Programa Saúde na Escola para o ciclo 2017/2018 e os habilita ao recebimento do teto de recursos financeiros pactuados em Termo de Compromisso e repassa recursos financeiros para Municípios prioritários para ações de prevenção da obesidade infantil com escolares. <u>PORTARIA Nº 2.651, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS). AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO Nº 185, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017</u>

Dispõe sobre a proibição do ingrediente ativo Carbofurano em produtos agrotóxicos no país e sobre as medidas transitórias de descontinuação de seu uso nas culturas de banana, café e cana-de-açúcar.

RESOLUÇÃO Nº 184, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre o procedimento simplificado para a avaliação toxicológica para o registro e alterações pós-registro de produtos técnicos, pré-misturas, agrotóxicos, afins e preservativos de madeira, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 183, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre os programas de inspeção e sobre os procedimentos administrativos para a concessão da Certificação de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos fabricantes de Produtos para a Saúde localizados fora do território nacional e do Mercosul.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 182, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre as boas práticas para industrialização, distribuição e comercialização de água adicionada de sais.

– Gerência-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária

RESOLUÇÃO -RE Nº 2.774, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da divulgação e proibição de comercialização, distribuição e uso de todos os produtos manipulados e alimentos com indicações terapêuticas, por meio do endereço eletrônico <http://www.extremesuplementos.com.br> e em qualquer tipo de mídia, inclusive loja física, pela empresa Tavares & Possenti Ltda - ME (CNPJ: 06.340.041/0001-03).

(...)

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.771, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso, do produto LEVOLUKAST® 10mg + 5 mg, frascos com 7 comprimidos dos lotes 05151513, 05151690, 05161362, 05161740 e frascos com 14 comprimidos dos lotes 05151250, 05151474, 05151690, 05160038, 05161362, 05161740 e 05170666, fabricados pela empresa Glenmark Farmacêutica Ltda (CNPJ: 44.363.661/0001-57).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.773, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

(...)

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 160705 (Val. 06/2018), do medicamento Mentelmin (Mebendazol), 100mg, comprimido, da empresa Theodoro F. Sobral & Cia Ltda (CNPJ 06.597.810/0001-62).

(...)

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.770, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário em todo o território nacional, a apreensão e inutilização de todos os

	medicamentos fabricados pelo Laboratório Belém Jardim Ltda (CNPJ: 17.299.140/0001-05) disponíveis no mercado que se encontrem dentro do prazo de validade. (...) <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.767, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 03/8873 do produto ÁGUA SANITÁRIA USELIMP, frasco plástico com válvula dosadora, fabricado por Uniplástico Indústria e Comércio de Plástico Ltda. (CNPJ 37.612.611/0001-09). (...) <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.766, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de TODOS os produtos SANEANTES fabricados pela empresa Indal - Indústria Alagoana Ltda - ME (CNPJ: 01.044.076/0001-81), sem Autorização de Funcionamento na ANVISA. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.763, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso de todos produtos listados abaixo, da empresa Rioquímica S.A (CNPJ: 55.643.555/0001-43). (...)
Ministério das Cidades (MCidades)	<u>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)</u> <u>RESOLUÇÃO Nº 705, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017</u> Acrescenta o art. 6º-A à Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004, que estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO Nº 704, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017</u> Estabelece padrões e critérios para sinalização semafórica com sinal sonoro para travessia de pedestres com deficiência visual. <u>RESOLUÇÃO Nº 703, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017</u> Estabelece requisitos para o desempenho e a fixação de espelhos retrovisores. <u>RESOLUÇÃO Nº 702, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 520, de 29 de janeiro de 2015, que dispõe sobre os requisitos mínimos para a circulação de veículos com dimensões excedentes aos limites estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). <u>RESOLUÇÃO Nº 701, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre os requisitos obrigatórios de segurança para circulação de veículos que transportem produtos siderúrgicos.

	<u>RESOLUÇÃO Nº 699, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017</u> Disciplina o registro e licenciamento de veículos de fabricação artesanal, nos termos do art. 106 do Código de Trânsito Brasileiro. <u>RESOLUÇÃO Nº 698, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 04, de 23 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o trânsito de veículos novos nacionais ou importados, antes do registro e licenciamento. <u>RESOLUÇÃO Nº 697, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, que estabelece e normatiza os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, para dispor sobre o pagamento parcelado de multas de trânsito.
Ministério de Minas e Energia (MME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 403, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017 (*)</u> (...) Art. 1º Estabelecer, nos termos desta Portaria, a Metodologia para o Cálculo do Benefício Indireto de Novas Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, que possuam reservatório de regularização mensal. (...) <u>PORTARIA Nº 406, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Estabelecer, nos termos desta Portaria, os Fatos Relevantes e a Metodologia para a Revisão Extraordinária dos Montantes de Garantia Física de Energia de Usina Hidrelétrica Despachada Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN. (...) <u>PORTARIA Nº 403, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Estabelecer, nos termos desta Portaria, a Metodologia para o Cálculo do Benefício Indireto de Novas Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, que possuam reservatório de regularização mensal. (...) AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 707, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a alteração da Resolução ANP nº 3, de 19 de janeiro de 2011, que institui o Programa de Marcação Compulsória de Produtos e determina a identificação mediante marcação dos hidrocarbonetos líquidos não destinados à formulação de gasolina ou óleo diesel.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB) – Conselho Diretor <u>RESOLUÇÃO Nº 39, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017</u> Estabelece os preços dos serviços especializados prestados pelo

	Laboratório de Produtos Florestais, bem como das publicações disponíveis para venda.
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 316, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Autorizar a ampliação em 1.900 (mil e novecentas) vagas do Banco de Professor-Equivalente - Magistério Superior, Banco de Professor-Equivalente - EBTT e Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos das Universidades Federais, vinculadas ao Ministério da Educação conforme Anexos I, II e III, constantes nesta Portaria. (...)
Ministério do Trabalho	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.129, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei n 7998, de 11 de janeiro de 1990 ; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH Nº 4, de 11 de maio de 2016. CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (CCFGTS) <u>RESOLUÇÃO Nº 860, DE 22 DE AGOSTO DE 2017</u> Altera a Resolução nº 553, de 2007, que aprovou o Regulamento do Fundo de Investimento do FI-FGTS.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
21/10/2017	<u>DECRETO 62.889, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017</u> Fixa o calendário para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA relativamente ao exercício de 2018 e o percentual de desconto para pagamento antecipado <u>DECRETO Nº 62.886, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017</u> Suspende o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 3 de novembro de 2017, e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL

Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA-52, DE 3-10-2017</u> (*) Aprova o Regulamento Técnico de Identidade e Padrão do mel elaborado pelas abelhas da subfamília Meliponinae (<i>Hymenoptera, Apidae</i>), conhecidas por Abelhas sem Ferrão-ASF e os requisitos de processamento e segurança alimentar para seu consumo humano direto (*) Publicado novamente por ter saído com incorreções
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Conselho Deliberativo (CD) <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS 38, DE 14-09-2017</u> Dispõe sobre a alteração de carga horária de docentes das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS 25, DE 11-10-2017</u> Aprova o Regimento Interno da Comissão Estadual Intersetorial para acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção, Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 90, DE 19-10-2017</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de entrega, por meio eletrônico, das informações necessárias ao acompanhamento da evolução patrimonial a que se refere o inciso X do artigo 3º da Lei Complementar 1.281, de 14-01-2016 COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 00028, DE 16-10-2017</u> Altera dispositivo da Portaria Conjunta CAF-CCECO-CPA 1, de 11-01-2017(*) (*) Estabelece procedimentos a serem observados na execução orçamentária e financeira do exercício de 2017 → Contadoria Geral do Estado (CGA) <u>INSTRUÇÃO CGE 01/2017, DE 23-05-2017</u> (REPUBLICAÇÃO) Dispõe sobre os princípios e procedimentos no reconhecimento e mensuração do Passivo Atuarial no sistema de contabilidade do Estado de São Paulo COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>COMUNICADO CAT 23, DE 18-10-2017</u> Esclarece sobre os procedimentos a serem observados, a partir de 01-01-2018, para o cálculo do imposto a recolher por substituição tributária, em relação aos bens e mercadorias destinados a uso, consumo ou ativo imobilizado do adquirente, na hipótese em que este e o respectivo substituto tributário estejam localizados em diferentes unidades da Federação. (...)

	<u>PORTARIA CAT 100, DE 11-10-2017</u> Altera a Portaria CAT 68/01, de 27-08-2001, que estabelece procedimento comprobatório da qualificação necessária à aquisição de automóvel de passageiro, novo, destinado ao serviço de táxi, com isenção do ICMS e dá outras providências (REPUBLICADO POR CONTER INCORREÇÕES) <u>PORTARIA CAT 98, DE 11-10-2017</u> Altera a Portaria CAT 18/13, de 21-02-2013, que estabelece procedimentos para o reconhecimento da isenção do ICMS na aquisição de veículo automotor novo por pessoa com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autista e na operação interna com acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor (REPUBLICADO POR CONTER INCORREÇÕES)
Governo (SG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) Comunicado <u>EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 7-2017</u> Aprofundamento dos estudos para implantação, operação e manutenção de um novo centro de abastecimento e entreposto de alimentos na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) com o objetivo de subsidiar processo licitatório de concessão à iniciativa privada. No Edital de Chamamento Público 7-2017 publicado no D.O. de 6-10-2017, onde se lê: 8.3. Observadas as regras expostas acima, o ressarcimento devido em caso de aproveitamento integral está limitado aos valores constantes da tabela abaixo, totalizando o valor máximo de R\$ 2.485.000,00, correspondente a 0,2485% dos investimentos estimados para a implantação do Projeto: Leia-se: 8.3. Observadas as regras expostas acima, o ressarcimento devido em caso de aproveitamento integral está limitado aos valores constantes da tabela abaixo, totalizando o valor máximo de R\$ 2.275.000,00, correspondente a 0,2275% dos investimentos estimados para a implantação do Projeto: O prazo para encaminhamento, pelos Interessados, da Solicitação de Autorização, acompanhada dos documentos mencionados no item 3.3 do Chamamento Público 7-2017, fica prorrogado por mais 20 dias, estabelecendo seu vencimento em 12-11-2017.
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS-89, DE 19-10-2017</u> Divulga os valores financeiros aprovados, por deliberação da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, a serem transferidos, por meio do Fundo Estadual de Saúde, aos Fundos Municipais de Saúde, referentes ao financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica do SUS/SP, e dá providências correlatas
Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-111, DE 16-10-2017</u> Fixa o valor a ser pago a quem fornecer informações válidas para

	identificação dos envolvidos no homicídio de duas menores (Publicado novamente por conter incorreções)
Transportes Metropolitanos (STM)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM - 62, DE 16-10-2017</u> Fixa prazo para utilização dos Bilhetes Plataforma Edmonson Múltiplo de 2 (M2) e Múltiplo de 10 (M10) viagens, cuja comercialização foi extinta pela Resolução STM 35, de 30-05-2006
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
21/10/2017	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 975, DE 2017</u> Institui a Política Estadual para a População Migrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Estadual de Migrantes, Refugiados e Apátridas de São Paulo. DOE, Legislativo, 21/10/2017, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 974, DE 2017</u> Isenta do pagamento da tarifa de pedágio todos os veículos pertencentes aos moradores de distritos dos municípios onde estejam instaladas as respectivas praças de pedágio, e que veículos estejam ali emplacados DOE, Legislativo, 21/10/2017, p. 7
20/10/2017	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 966, DE 2017</u> Classifica Porto Ferreira como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 20/10/2017, p. 8 <u>PROJETO DE LEI Nº 963, DE 2017</u> Autoriza o Poder Executivo a implantar a Política Estadual Paulista de Transporte Público intermunicipal Gratuito para alunos regularmente matriculados nas redes públicas de Educação básica e Ensino Superior. DOE, Legislativo, 20/10/2017, p. 7
19/10/2017	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 29, DE 2017</u> Mensagem A-nº 104/2017 do Senhor Governador do Estado São Paulo, 18 de outubro de 2017 (...) Artigo 1º - Fica extinto o Fundo Estadual de Eletrificação Rural - FEER, instituído pela Lei Complementar nº 67, de 4 de dezembro de 1972 . (...) DOE, Legislativo, 19/10/2017, p. 12 PROJETOS DE LEI

	<u>PROJETO DE LEI Nº 960, DE 2017</u> Classifica o município de Santa Cruz da Conceição como de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 19/10/2017, p. 12
17/10/2017	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 956, DE 2017</u> Institui a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Programa Restaurante Popular e dá outras providências. DOE, Legislativo, 17/10/2017, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 954, DE 2017</u> Classifica Paulicéia como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 17/10/2017, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 953, DE 2017</u> Dispõe sobre a destinação final dos cilindros para armazenamento de gás natural veicular (GNV), utilizado como combustível com prazo de validade vencido e/ou reprovado na requalificação. DOE, Legislativo, 17/10/2017, p. 11
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
21/10/2017	<u>DECRETO Nº 57.939, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera o artigo 7º do Decreto nº 56.981, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre o uso intensivo do viário urbano municipal para exploração de atividade econômica privada de transporte individual remunerado de passageiros de utilidade pública, o serviço de carona solidária e o compartilhamento de veículos sem condutor. <u>DECRETO Nº 57.936, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017</u> Introduz alterações no Decreto nº 49.321, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre permissão de uso ao Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, das áreas de propriedade municipal que especifica, para construção de escolas técnicas estaduais. <u>DECRETO Nº 57.935, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017</u> Introduz alterações no Decreto nº 43.144, de 29 de abril de 2003, que regulamenta a Lei nº 13.440, de 14 de outubro de 2002, a qual proíbe o uso de aparelho de telefonia celular nos postos de gasolina, de modo a adequá-lo às modificações dos artigos 1º e 2º desse diploma legal, promovidas pela Lei nº 16.644, de 9 de maio de 2017.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107